

# Orçamento poderá ser o impasse

CESAR BORGES

Da Editoria de Cidade

Uma das conclusões a que o seminário sobre representação política no DF poderá chegar é que ao Governo Federal não interessa dar autonomia política ao Distrito Federal porque não vai querer sustentar um estado de oposição. Isto porque mais da metade dos Cr\$ 221 bilhões que o Governo do Distrito Federal pretende gastar em 83, já previstos no orçamento, são recursos provenientes do Tesouro da União, na maior parte a fundo perdido.

Isso seria perfeitamente superável, se o Governo Federal tivesse pelo menos uma possibilidade de ter aqui em Brasília um governador do PDS. No Nordeste, que é virtualmente sustentado pelo Governo Federal, via transferências de impostos recolhidos nos estados mais ricos da União, o partido governista dispõe de bases suficientes para garantir tal situação. Não é à toa que o PDS já é chamado de "partido nordestino".

Mas, aqui em Brasília, capital construída equidistante das pressões políticas exatamente para evitar que a ecologia social funcionasse como elemento de peso nas decisões parlamentares, como admitir um governo popular de oposição, ainda por cima sustentado com recursos provenientes do Tesouro.

## ECONOMIA

Foi exatamente em função desse raciocínio óbvio que Newton Rossi presidente da Federação do Comércio de Brasília está se mobilizando para atrair os novos parlamentares a uma vida mais constante na capital da República. Ele se pauta pela representação política que cada parlamentar exerce, intrinsecamente, pelo fato de ter sido eleito pelo voto direto em sua região. Mas, o que ele vê como elemento mais importante é o volume de recursos que podem ser gerados com a permanência maior dos deputados na capital federal.

Viver a capital federal com mais intensidade, participando de suas reivindicações e anseios, significa também gastar mais, comprar mais e deixar, por conta desse maior poder de consumo parlamentar, um volume maior de impostos que auxilie na autonomia orçamentária do estado.

## ASSEMBLEIA

Brasília poderia ter uma Assembleia Legislativa?, perguntam-se as pessoas nos últimos dias, empolgadas com o debate colocado em pauta pelo *Correio Braziliense* nesta semana. Terá recursos para isso? Claro, é a resposta. E quem a dá é um dos membros titulares da Comissão do Distrito Federal no Senado, senador Guilherme Palmeira (PDS-AL).

Segundo o senador, que é ex-governador de seu estado, com uma população próxima a de Brasília, Alagoas possui uma Assembleia de 24 membros - proporcional à sua população com um orçamento estadual de aproximadamente Cr\$ 60 bilhões no ano passado, inferior ao de Brasília no mesmo ano. Só que, lá vem o financiamento de novo, quem supre o orçamento do DF, é o Governo Federal.

Se acrescentássemos aos 28 deputados estaduais, que poderiam ser eleitos para representar Brasília a nível local, mais oito deputados federais e três senadores - todos os 11 pagos pelos cofres da União, dentro do orçamento do Congresso Nacional - teríamos formada a nossa representação igual aos e demais estados da Federação.

## CÂMARAS

Já se levantou também a possibilidade de cada cidade-satélite vir a ter sua Câmara Municipal. Recente estudo feito pelo economista Edgard Lincoln, assessor do senador Jutahy Magalhães, que realizou um levantamento do perfil da contribuição orçamentária de cada cidade-satélite para com a receita do DF, chegou à conclusão que "deve ser instituído o sistema representativo sem a extensão às atuais cidades-satélites, porque o perfil da receita demonstra sua inviabilidade".

Trocando em miúdos: como a contribuição para a receita do DF de cada cidade-satélite é de menos de um por cento, com exceção de Taguatinga e Sobradinho, as demais cidades não deve ter autonomia política, já que não têm autonomia econômica.

Só para se ter um exemplo, no ano passado a cidade do Gama realizou obras que al-

cançaram a Cr\$ 1,5 bilhão. No mesmo período, ela não arrecadou um quinto (Cr\$ 300 milhões) dessa quantia.

## ESVAZIAR

Para substituir a representação política de Brasília, muitos estão pensando em criar e fortalecer organismos já existentes. É o caso da proposta em discussão que pretende criar na Câmara dos Deputados uma comissão semelhante à do Senado para absorver discussões, debates e reivindicações da população de Brasília.

Da mesma forma que a do Senado, essa nova comissão terá a função de esvaziar a luta dos diversos setores da capital por uma representação política autônoma. Para começar, o presidente da Comissão do DF no Senado, o senador Alexandre Costa, é biônico. Quer dizer, não tem nem a representatividade popular do seu estado. A comissão se reúne uma vez por semana - às terças-feiras -, por duas horas para discutir Brasília.

E já existe uma proposta do senador pedessista Passos Porto, que é membro suplente da comissão, de ampliar sua atuação criando subcomissões de transportes; cidades-satélites; das áreas rural e geoeconômica de Brasília; de arquitetura e urbanismo; de educação, cultura, lazer e esportes; e justiça, segurança e assistência social.

A comissão passaria a realizar reuniões semanais de audiência pública "para ouvir pessoas interessadas na solução dos problemas do Distrito Federal". Ela também permitiria à entidades de classe, de empregados e empregadores, associações e órgãos de profissionais liberais o credenciamento, junto à comissão, de representantes que possam eventualmente, prestar esclarecimentos específicos e opinar sobre assuntos de seu interesse".

Além disso, a Comissão do DF passaria a ter também um representante de cada estado.

O senador Guilherme Palmeira, membro titular da Comissão do DF, que defende a criação de uma Assembleia Legislativa para Brasília, não acredita que qualquer ampliação ou alteração na forma da Comissão do Distrito Federal possa trazer algum benefício para Brasília "se não for acompanhada da ampliação das funções da comissão, ou da maneira como se relacionam essas funções com o Governo local".

O senador, que também defende como forma intermediária conselhos setoriais eleitos pelo povo para servirem de interlocutores com os governantes, vai mais longe: dificilmente um senador-membro da Comissão do DF deixa de aproveitar as oportunidades que tem para conseguir coisas para seu estado, para favorecer Brasília. Por exemplo: se um senador descobre uma maneira de conseguir Cr\$ 10 bilhões para aplicar em obras de saneamento básico, ele vai levar esse recurso para seu estado, que o elegeu, o vai direcionar para Brasília?

Não é preciso esperar a resposta do senador. Ele argumenta que a decisão de permitir a representação política para Brasília vai caber, no fundo, ao Governo Federal. Ele inclusive não entende porque isso não ocorre já que a maioria da população brasileira é de servidores civis e militares, todos pagos pelo poder público e proibido de se manifestar politicamente, fazer greves, sindicalizar-se, etc.

## GDF

Do lado do GDF, ao se referir à possibilidade de vir a ser criada aqui uma Assembleia Legislativa, o governador José Ornellas está apostando no sistema de administração que está sendo implantado pelo seu secretário de Governo, César Rômulo Silveira Neto, que estabelece espaços para canalizar opiniões e críticas.

Partindo desse ponto de vista, o próprio governador defende a proliferação de associações de moradores e conselhos de bairros de forma a institucionalizar interlocutores e canais negociáveis, permitindo uma melhor avaliação das propostas, reivindicações e anseios populares, sem que isso perturbe a paz social. O que leva a crer que essas novas agremiações venham a fortalecer a luta pela representação política em Brasília. Só que sob a influência do Governo, hoje sem muito respaldo popular para negociar mudanças.